

Resenha: *As esquinas perigosas da história – situações revolucionárias em perspectiva marxista* (Ed. Xamã, 2005)

Sergio Lessa

[Revista Outubro, n. 13 / Editora Xamã, 2005 ]

O livro de Valério Arcary, *As esquinas perigosas da história – situações revolucionárias em perspectiva marxista* (Ed. Xamã, 2005), conseguiu uma raríssima unanimidade. De reconhecidos defensores de Stálin, como o professor Quartim de Moraes, a dirigentes políticos muito distantes das posições políticas defendidas pelo autor, como João Pedro Stédil do MST, passando pela totalidade de seus resenhistas, todos reconhecem a importância e atualidade da obra. Importância do tema (a complicadíssima questão das situações e crises revolucionárias), competência do autor (que domina como poucos as crises de nossos tempos) e atualidade metodológica (com o emprego de reconhecidas categorias marxianas) são atributos que todos coincidem em reconhecer.

Sua tese central é que a fase terminal do modo de produção capitalista resultaria em refrações em escala nacional sob a forma de crises e situações revolucionárias: França (1968), Espanha (década de 1930), Alemanha (1918-23, 1929-33), Chile (1973), Portugal (1975), queda da ditadura militar Argentina (1978), campanha das Diretas no Brasil (1984); as derrubadas de Collor no Brasil, de Mobutu no Zaire, de Andrés Peres na Venezuela, de Suharto na Indonésia; Inglaterra (anos 1920 e meados dos anos de 1970), Bolívia (1995), Haiti (1980), Paraguai (1990), Tchecoslováquia (1989) e, finalmente, o bloco soviético entre 1989 e 1991. Viveríamos uma situação história em que tenderiam a desaparecer as situações não-revolucionárias e na qual são “raros são os países que não viveram processos de revolução social”(pg. 94, tb. 119). Neste contexto histórico, as crises tenderiam a se converter em processos revolucionários de dois tipos: os “fevereiros”, revoluções políticas que marcariam as mudanças de regime político, e os “outubros”, revoluções sociais que colocariam em questão o próprio capital. Ao longo do século XX, segundo o autor, teríamos vivenciado 5 vagas revolucionárias (1917-23, 1930-7, 1944-64, 1968-90, 1989-91) e, provavelmente, estaríamos no presente momento presenciando uma sexta com uma característica original: a primeira tendo por epicentro a América Latina.

Aceitando-se os pressupostos do autor e identificando todas estas crises como revoluções (“fevereiros” ou “outubros”), a questão inevitável seria a razão desta

impressionante sucessão de revoluções ter dado origem a uma não menos impressionante sucessão de derrotas.

Valério Arcary não têm dúvidas a este respeito. Dado que desde o século XX a história é a da crise estrutural do modo de produção capitalista, as causas das derrotas não poderiam ter qualquer base na situação histórico-objetiva. Resta, portanto, o fator subjetivo. É neste sentido que evolui Arcary: nas derrotas, o fator predominante teria sido a carência da consciência revolucionária das massas. Este seria a principal causa do esgotamento da maioria dos processos revolucionários, “fevereiros” ou, mais raramente, “outubros”. A resolução do problema da subjetividade seria, portanto, a questão decisiva desta nossa quadra histórica.

Por questão subjetiva, o autor também possui uma posição inequívoca: “não há consciência sem organização, não há organização sem direção”(pg. 56). A resolução da questão da consciência passaria pela existência da direção de uma organização revolucionária. Tal organização, por sua vez, deve ser centralizada, pois a história teria evidenciado que revoluções requerem direções centralizadas (pg. 48, 70-1). A carência de uma direção revolucionária de um partido centralizado seria, para o autor, o fator principal nos esgotamentos dos processos revolucionários das 5 vagas de revoluções que conhecemos até o presente momento.

Esta concepção do que seria o fator subjetivo em um processo revolucionário se articula, por sua vez, com uma concepção bastante ampla dos processos revolucionários. A longa lista do que o autor considera situações revolucionárias, que incluem processos tão distintos quanto a queda de um Collor, no Brasil, até a derrubada de Kerenski, requer imperativamente uma concepção amplíssima de revolução. Segundo o autor, as revoluções seriam a “aceleração dos ritmos históricos da mudança, pela agudização da luta dos sujeitos sociais”, com duas características fundamentais: 1) “uma crise terminal do regime político de dominação” e, 2) “uma mudança de relação de forças tão profunda entre as classes que se abre um período de pluralidade de poderes”. (pg. 36-7) Não seria a transição de um modo de produção a outro, portanto, não seria o papel histórico, que definiria uma revolução, mas sim a eclosão de uma crise com as duas características mencionadas, mesmo que seu resultado final não efetue a passagem ao socialismo e ao comunismo.

Esta ampla definição coloca um problema imediato. A dualidade de poderes, típica dos processos revolucionários, não comparece nas crises dos últimos 25 anos, como o

próprio autor assinala. Esta dificuldade é enfrentada por uma ampliação ainda maior do conceito de revolução. Estas conteriam não apenas a forma clássica da dualidade de poderes, mas também uma nova modalidade, não “institucionalizada” (pg. 37).

Tanto esta concepção da subjetividade revolucionária (só existe em presença da direção de um partido centralizado), quanto esta concepção de revolução (não a passagem de um modo de produção a outro, mas um levante das massas), estão longe de serem uma unanimidade entre os revolucionários. Tal como o autor argumenta que a história demonstrou que sem direção centralizada não há revolução, seria também possível argumentar que esta mesma história também demonstrou que as revoluções lideradas por partidos centralizados foram incapazes de realizar a transição ao socialismo. Do mesmo modo, poder-se-ia recorrer à história para argumentar o exato oposto de Valério Arcary, isto é, que o capitalismo tem demonstrado sua enorme plasticidade e capacidade em conter conflitos os quais, mesmo quando extravasam a forma institucional burguesa, não têm sido capazes de superar os limites do capital. Teríamos, então, não as 5 ou 6 vagas revolucionárias de “fevereiros” e “outubros”, mas um longo período histórico em que o capital teria sido capaz não apenas de superar, mas absorver estas crises, impulsionando a si mesmo a novos patamares de desenvolvimento.

Parece-nos que a forma como Valério Arcary recorre à história abre sempre a possibilidade de se voltar o argumento contra o que ele pretende demonstrar. Assim, por exemplo, nem a complexa relação entre a teoria revolucionária, a direção política e o movimento espontâneo das massas trabalhadoras que marca as revoluções, nem a caracterização dos nossos dias como uma vaga revolucionária ou como um período contra-revolucionário, são questões que poderiam ser resolvidas por um recurso à evidência histórica tal como encontramos no texto.

Fica ainda, em aberto, uma outra questão. Se, de fato, vivenciamos no passado recente as vagas revolucionárias identificadas por Valério Arcary; se, realmente, todas as condições objetivas para as revoluções já estariam historicamente maduras há quase um século, por que a questão subjetiva teria permanecido tão imatura e incompleta? Quais as causas históricas mais profundas deste descolamento entre o amadurecimento histórico da objetividade e a carência universal do fator “subjetivo”? Constatar historicamente a carência do fator subjetivo ao lado do alegado amadurecimento dos fatores objetivos não resolve a questão. Apenas a torna mais aguda e urgente, pois qual seriam as causas do não

surgimento das direções revolucionárias, nos termos postos por Valério Arcary? Recorrer às traições – verdadeiras e que devem ser sempre denunciadas e jamais esquecidas, senão como aprender com os erros do passado? – não resolve, ainda, o problema. Pois, porque as traições tenderam a predominar no movimento revolucionário, e não as posições revolucionárias que supostamente seriam muito mais condizentes com o amadurecimento histórico da revolução?

Colocadas estas poucas questões, podemos agora acrescentar o que, a nosso ver, é uma das grandes virtudes do livro em questão. Além da atualidade e da pertinência do tema, o texto possui, ainda, uma outra grande qualidade: concordemos ou não com suas teses principais, avoca o debate para muitas das questões centrais para os revolucionários de nossos dias. Por isso, a nosso ver, é uma leitura obrigatória.